

DECRETO MUNICIPAL Nº 236/2025

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL LOCALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, DESTINADO À INSTALAÇÃO DO COMPLEXO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete, **LEANDRO TADEU MURTA DOS REIS CHAGAS** no uso de suas atribuições, conforme artigos 12, 90 incisos V e VI e artigo 116, inciso I, alínea “e”, todos da Lei Orgânica do Município e artigo 5º, alínea “d”, art. 6º e 15 e demais dispositivos do Decreto Lei nº 3.365/41;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 3º, estabelece como objetivo fundamental da República promover o desenvolvimento nacional com redução das desigualdades sociais e regionais, e em seu artigo 5º, inciso XXIII, dispõe que a propriedade atenderá à sua função social, bem como em seu artigo 170 orienta a ordem econômica para assegurar a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa e a justiça social, tendo por fim assegurar a todos existência digna, observados os princípios da função social da propriedade e da redução das desigualdades regionais e sociais;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública e em seu art.5º, alínea “i”, considera de utilidade pública a construção ou ampliação de distritos industriais;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento econômico sustentável é essencial à promoção do bem-estar coletivo, à geração de empregos e à ampliação da arrecadação municipal, em consonância com os princípios constitucionais da função social da propriedade e da ordem econômica;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 2.650, de 22 de dezembro de 2022, do Município de Ouro Branco, que criou o Sistema Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE e prevê a atuação integrada dos municípios vizinhos para formação de um Complexo de Desenvolvimento Econômico Regional;

CONSIDERANDO os objetivos prioritários do município previstos no art. 3º da Lei Orgânica do Município com fito de gerir os interesses locais promovendo o desenvolvimento social e econômico;

CONSIDERANDO o comprometimento do Poder Executivo do Município de Conselheiro Lafaiete em promover uma política voltada para o desenvolvimento local e regional, materializando os preceitos de desenvolvimento social e econômico previstos na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a instalação de uma unidade de desenvolvimento econômico, a ser parte integrante do Complexo de Desenvolvimento Econômico destinado à promoção do desenvolvimento econômico local e regional, com a geração de empregos, incremento da arrecadação e fortalecimento da cadeia produtiva;

CONSIDERANDO o Ofício nº328/2025 por meio do qual a Secretaria de Desenvolvimento Econômico expõe os motivos para declaração de utilidade pública do referido imóvel destinado à implantação da Unidade de Desenvolvimento Econômico, parte integrante do Complexo de Desenvolvimento Econômico de Conselheiro Lafaiete.

CONSIDERANDO que o imóvel de propriedade da Gerdau Açominas S/A, localizado em zona rural limítrofe, possui área de 206 (duzentos e seis) hectares, com perímetro aproximado de 7,30 km, descrito em memorial georreferenciado constante nos autos administrativos, sendo o local tecnicamente adequado para a instalação da área industrial;

CONSIDERANDO a urgência na adoção das medidas de desapropriação, dada a necessidade de início imediato da implantação das estruturas do complexo, resguardando a possibilidade de atuação consorciada com o Município de Ouro Branco, conforme diretrizes de integração intermunicipal;

CONSIDERANDO que os investimentos previstos possuem reflexo direto na arrecadação de impostos, no desenvolvimento local e na melhoria da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, o imóvel localizado na zona rural do Município de Conselheiro Lafaiete, de propriedade da Gerdau Açominas S/A, com área de 206 (duzentos e seis) hectares, perímetro de aproximadamente 7,30 km, cujas coordenadas geográficas estão assim descritas:

Parágrafo Único: O imóvel segue assim descrito em suas coordenadas geográficas, com os seguintes pontos de referência: P1 = 20°34'1.55"S e 43°46'45.53"O; P2 = 20°34'3.13"S e 43°46'35.26"O; P3 = 20°34'20.73"S e 43°46'20.92"O; P4 = 20°34'39.36"S e 43°46'39.00"O; P5 = 20°34'9.99"S e 43°47'3.81"O; P6 = 20°33'59.21"S e 43°47'23.03"O; P7 = 20°33'11.93"S e 43°47'18.68"O; P8 = 20°33'13.33"S e 43°47'3.75"O; P9 = 20°33'42.66"S e 43°46'55.01"O; P10 = 20°33'46.17"S e 43°46'42.84"O, fechando a poligonal no P01 = 20°34'1.55"S e 43°46'45.53"O, perfazendo, aproximadamente, um perímetro de 7,30 km e uma área de 206ha (duzentos e seis hectares).

Art. 2º O imóvel referido no artigo anterior destina-se à instalação de unidade do Complexo de Desenvolvimento Econômico de Conselheiro Lafaiete, podendo integrar-se a projetos intermunicipais de desenvolvimento econômico em conjunto com o Município de Ouro Branco e demais entes da região.

Art. 3º A desapropriação será processada de acordo com a legislação vigente, correndo os custos e despesas por conta do Município de Conselheiro Lafaiete, devendo ser observadas as previsões orçamentárias e financeiras pertinentes.

Art. 4º Em caso de alegada urgência, fica o Município autorizado a promover a imissão provisória na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 5º O Município deverá observar os trâmites e condicionantes ambientais, promovendo as medidas necessárias ao devido licenciamento e compatibilização da área com os instrumentos de planejamento urbano e regional.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, 29 de agosto de 2025.

Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas
Prefeito de Conselheiro Lafaiete

Andréia Chagas de Andrade
Procuradora-Geral